

MEARSHEIMER, John J. *The great delusion: liberal dreams and international realities*. 1. ed. Londres: Yale University Press, 2018.

Paulo Victor Zaneratto Bittencourt<sup>†</sup>

John J. Mearsheimer é reconhecido contemporaneamente como um dos principais nomes das teorias de Relações Internacionais, havendo se inserido no debate teórico já na década de 1990, distinguindo-se por sua postura cética – e, em grande medida, pessimista – sobre o papel das instituições internacionais. Contudo, foi no início dos anos 2000 que fez uma importante contribuição teórica, publicando o seu *A tragédia da política de grandes potências* (MEARSHEIMER, 2014), deitando, pois, as bases do que viria a denominar como teoria do realismo ofensivo, em contraposição à teoria do realismo defensivo (a qual abarcaria a teoria de política internacional de Kenneth Waltz, lançada em 1979). Waltz é um referencial fundamental para Mearsheimer no que diz respeito a seu desenvolvimento teórico e metodológico, como se buscará dar conta pontualmente neste texto.

Em sua obra mais recente, *The Great Delusion: liberal dreams and international realities*, o objetivo de Mearsheimer é responder e demonstrar qual é o resultado que se segue quando um Estado adota uma política externa substantivamente liberal, ou, em suas próprias palavras, “o que acontece quando um país que é profundamente comprometido com os direitos individuais e em elaborar técnicas de engenharia social para promover estes direitos emprega este modelo mundo afora?” (p. 120). Metodologicamente, o autor se guia pela lógica das três imagens das causas da guerra propostas por Kenneth Waltz em seu *O Homem, o Estado e a Guerra* (2001): para Mearsheimer, pois, é necessário compreenderem-se as características dos grupos humanos reunidos em nações e em Estados, para elucidar posteriormente a formação de instituições dentro desses Estados e, enfim, tecer-se um melhor entendimento sobre como esses diferentes Estados se relacionam politicamente entre si.

Como se vê, a obra se compõe de uma estruturação muito ampla que a torna não um modelo teórico, ou mesmo uma teoria, mas sim – nas melhores das hipóteses – uma interpretação teórica, ou uma análise teórica das comunidades políticas organizadas sob a forma de Estados-nação e como elas se relacionam umas frente às outras. De fato, o próprio autor está ciente dessas limitações, ao expor como sua *Great Delusion* se relaciona à *Tragedy of Great Power Politics*: se, nesta última, seu objetivo fora apresentar um tratado teórico do realismo, desenvolvendo, pois, uma teoria testável; em sua obra mais recente ele busca apresentar uma compreensão mais ampla do sistema internacional e sobre as bases do realismo que ele propõe, discutindo

---

<sup>†</sup> Doutorando em Ciência Política (Universidade de São Paulo), mestre em Ciências Sociais (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) e bacharel em Relações Internacionais (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho). Email: paulovbittencourt@gmail.com.

características do que denomina “natureza humana”, e como ela sustenta aspectos fundamentais desse realismo.

O argumento que permeia a *Great delusion* é o de que, quando defrontado com outras forças que moldaram o sistema de Estados desde o seu surgimento – a saber, o realismo e o nacionalismo –, o liberalismo encontra pouca sustentação e tende a ser uma fonte de turbulência política internacional, materializada sob a forma de crises, conflitos e guerras em diferentes partes do mundo se sua fórmula for aplicada como política externa do único polo de um sistema internacional de configuração unipolar, como foi o caso dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria.

Quando deparado com a obra em questão, pois o leitor deve se atentar às definições propostas pelo autor para sustentar sua argumentação. Como se depreende, três definições são importantes: a de realismo, a de nacionalismo e a de liberalismo. Centradas no núcleo da obra, esses três elementos se apresentam tanto como uma *teoria* quanto como uma *ideologia*:

para mim, uma teoria é uma figura simplificada da realidade, que explica como o mundo *realmente funciona* em algumas dimensões. Uma teoria depende de conceitos ou variáveis que são interligadas para contar uma história da causalidade que leva a resultados específicos. Teorias são explicativas por natureza. [...] Por outro lado, uma ideologia política é um corpo sistemático de conceitos e princípios que explicam como uma sociedade específica, ou como o sistema internacional de maneira mais ampla, *deveria funcionar*. Em outras palavras, ela é prescritiva; ela fornece um mapa para como uma ordem política deveria funcionar. Ideologias são de natureza inerentemente normativas, embora toda ideologia tenha uma teoria por detrás de si, o que explica em grande medida a sobreposição significativa entre estes dois conceitos (MEARSHEIMER, 2018, p. 236, nota 9, tradução livre, grifo do autor).

Por essa definição, realismo, nacionalismo e liberalismo são, pois, tanto teorias explicativas quanto ideologias políticas. E, nesse ponto, que parece ser a lógica gradativa do argumento do autor (seres humanos – Estado – sistema de Estados), começa a ficar mais clara. De partida, ressalte-se que, para Mearsheimer, a lógica das três imagens proposta por Waltz (2001) tem um caráter cumulativo para a elaboração de seu argumento, diferentemente do caráter tipológico e não necessariamente cumulativo originalmente oferecido.

Mearsheimer se vale de duas premissas fundamentais, de onde derivarão seus argumentos ao longo da obra: em primeiro lugar, os seres humanos são limitados quando a seu exercício da razão; e, em segundo lugar, trata-se de seres sociais, o que quer dizer que, ainda que haja espaço para a individualidade de cada um, as sociedades acabam moldando essas identidades. Ademais, a característica social dos seres humanos implica que eles sejam seres políticos. Dessas duas premissas, seguem três conclusões para o autor: primeiramente, o mundo é povoado por grupos sociais distintos entre si; a segunda é a de que esses grupos sociais dependem de instituições políticas, de modo que o poder e a política são centrais, tanto dentro de uma mesma sociedade quanto entre sociedades diferentes; enfim, para o autor, a terceira conclusão é a de que a busca por sobrevivência, seja no nível dos indivíduos, seja no nível do grupo, é o “fio condutor” da

história humana (p. 17).

As sociedades se mantêm por meio de valores compartilhados, advindos de uma cultura de que os membros daquela sociedade participam e também de instituições, de onde surge, para o autor, a política. As instituições políticas são fundamentais para a manutenção da sociedade. A luta política pelo controle das instituições é fundamental, uma vez que os grupos sociais que as controlam são capazes de fortalecer suas visões de mundo e sua interpretação sobre as regras vigentes. O controle dessas instituições, as quais também são reflexos da cultura daquela sociedade, é determinado pelos recursos de poder que cada grupo detém, de sorte que a política entre grupos pode ser compreendida como a aquisição de poder relativo (p. 17). É devido à necessidade de ganharem poder diante de seus adversários que os grupos visam a buscar a expansão. Sendo essa uma premissa fundamental tanto da visão de política do autor como também de sua teoria do realismo, sua posição ficou conhecida como “realismo ofensivo”: o caráter “ofensivo” está, justamente, na busca do acúmulo de recursos, de modo a ser capaz de criar regras e dominar as situações através do poder.

Os indivíduos apresentam preferências que variam de acordo com os indivíduos num âmbito mais isolado, mas igualmente entre diferentes sociedades. Dessa forma, para o autor, há uma grande variação sobre aquilo que poderia definir os princípios fundamentais segundo os quais os seres humanos agem e, por isso, é impossível que todos os seres humanos estejam estritamente de acordo sobre aquilo que consideram como sendo o bem-estar. Essas preferências são moldadas por três elementos: a socialização (que reflete normas culturais de determinadas sociedades); as preferências e sentimentos individuais; e a razão, “um processo pelo qual os seres humanos fazem um esforço para deixar de lado suas instituições e empregar os fatos e a lógica para analisarem problemas e tomarem decisões” (p. 29). Até que os indivíduos cheguem a um ponto em que suas faculdades da razão estejam bem desenvolvidas, a socialização e os seus próprios sentimentos já desenvolveram um trabalho muito forte no sentido de moldarem suas preferências e visões de mundo.

Essas visões de mundo variam grandemente entre sociedades, mas também dentro delas. Nesse sentido, há muitas forças que atuam para a fragmentação da sociedade. A cultura auxilia na manutenção dessa sociedade, entretanto a melhor maneira de enfraquecer essas “forças centrífugas” são as instituições políticas comuns, “para as quais não há substituto” (p. 37-38). Essas instituições auxiliam na cooperação entre os indivíduos pertencentes ao grupo, e são necessárias para que diferentes sociedades se relacionem entre si. Os grupos, pois, funcionam como um veículo de sobrevivência. Eles são um todo distinto da soma de suas partes, isto é, formam uma sociedade.

Essas sociedades podem ser organizadas de diferentes formas. Uma delas é aquela prescrita pelos teóricos liberais. O autor assinala que são pontos comuns em diferentes autores liberais o reconhecimento de preferências sobre aquilo que constitui o bem-estar para cada indivíduo, que origina o profundo individualismo de que partem esses teóricos. Além disso, é central no liberalismo a ênfase nos direitos naturais, que são, na visão desses estudiosos, inalienáveis. A diferenciação entre os autores liberais identificada por Mearsheimer se dá,

sobretudo, no conteúdo dos direitos individuais e no papel do Estado. Tais teorizadores se dividem entre os liberais *modus vivendi* e os liberais progressistas. Esta última vertente tornou-se a mais amplamente difundida, apresentando uma ênfase no direito às mesmas oportunidades, enquanto os primeiros se focam em direitos que protegem os indivíduos de constrangimentos ao gozo de suas liberdades. Para os liberais, três são as funções do Estado para manter a ordem: 1) a proteção dos direitos individuais; 2) a criação de regras que definem o que é aceitável e o que não é; 3) árbitro, quando de conflitos que podem acarretar a violência (p. 49). Os liberais, contudo, reconhecem o efeito devastador que o Estado pode ter no que diz respeito às liberdades individuais, de modo que buscam limitar-lhe o poder, o que se dá através de mecanismos de pesos e contrapesos, ou do federalismo, além de um detalhamento dos direitos de todos os indivíduos na constituição (p. 50). O ponto central do Estado é manter os direitos e permitir que seus cidadãos vivam de acordo com o que considerem moralmente bom.

No entanto, para Mearsheimer, os traços mais característicos do liberalismo – o individualismo e o grande peso conferido à inalienabilidade dos direitos – transformam-se, também, em falhas de sua aplicabilidade. Em primeiro lugar, o individualismo de que partem os liberais ignoraria o caráter inescapavelmente social dos seres humanos, levando esses autores a ignorarem, por conseguinte, a potência das ideologias do nacionalismo. Ademais, prossegue o autor, os direitos individuais não são óbvios, de modo que nem todos são capazes de conhecer sua importância e sua universalidade (p. 82-83). Isso significa que o liberalismo tem sua influência limitada em diferentes contextos, entre eles o contexto da nação, uma vez que não é capaz de captar a essência fortemente grupal dos seres humanos, nem de fornecer uma “cultura” que mantenha os indivíduos unidos (p. 107).

Enquanto teoria, o nacionalismo explica como os povos do mundo organizam-se social e politicamente, dividindo-se em diferentes grupos aos quais expressam lealdade em termos de identidade individual. Os membros de uma nação preocupam-se em maximizar sua autonomia nacional, de modo que o nacionalismo é um fenômeno que corre das massas para as elites, como no sentido contrário (p. 84). São elementos característicos da nação o senso de unidade, a cultura própria, um senso de superioridade (que não implica necessariamente desprezo às demais nações), uma história comum (não necessariamente precisa e não raramente mítica), um território e soberania (ou busca por autodeterminação).

A nação é, segundo o autor, o grupo social de mais alto nível para a maioria dos povos do mundo, tendo esses indivíduos muito em comum em termos culturais. Os indivíduos apresentam uma forte ligação com a sua nação. É bem verdade que a nação, como um conceito abstrato, não age como um agente, mas refere-se a seus membros, sobretudo suas elites, os quais têm capacidade de agência e de orientarem-se por objetivos políticos. As nações priorizam sua autodeterminação e preocupam-se com sua sobrevivência, de modo que desejam ter seu próprio Estado. Por outro lado, os Estados também desejam organizar seus cidadãos através do componente nacional: “dessa maneira, não surpreende que o mundo seja povoado por Estados-nações, que são a manifestação do nacionalismo” (p. 84).

O Estado, pois, torna-se um veículo importante para a sobrevivência da nação, e, ao

mesmo tempo, a nação é importante ao Estado devido aos entendimentos comuns que se fazem dentro do território entre grupos que compartilham uma cultura, uma mesma língua ou um sistema educacional comum. Isso faz sentido tanto econômica quanto administrativamente. Definido pelo autor, o Estado é uma instituição que controla um território com fronteiras definidas “e capacidade de desmantelar ou disciplinar indivíduos ou grupos que vivem dentro delas” (p. 96). O Estado, enquanto entidade política que é, também centraliza o poder e mantém uma burocracia permanente, um sistema de regras e leis e capacidade de taxaço, além de possuir preocupações domésticas e internacionais, que determinam sua participação na diplomacia, trocas econômicas, competição militar e guerra (p. 96).

Um Estado que empreenda uma política de hegemonia liberal internacionalmente buscará tornar o sistema internacional parecido com sua própria imagem. Internacionalmente, essa política de hegemonia liberal se caracteriza, para o autor, pela busca da troca de regimes autoritários por regimes democrático-liberais, além de fomentar a criação de instituições internacionais e uma economia mundial aberta (p. 120). Nessas situações, as elites nacionais creem que exercer uma política externa hegemônica e liberal traz benefícios domésticos (como a manutenção das instituições domésticas), bem como benefícios para outros países, como o fortalecimento de direitos individuais e a manutenção da paz.

Como definido, o liberalismo se baseia na ideia de direitos universais inalienáveis e na ideia de que os povos acreditam que esses direitos sejam importantes e devam ser protegidos. Contudo, aponta o autor que essas duas ideias se limitam por alguns argumentos teóricos e evidências. Em primeiro lugar, os direitos individuais dizem respeito às preferências individuais: “é difícil crer, devido aos limites de nossas faculdades críticas, que possa haver algo próximo a um acordo universal sobre os direitos serem inalienáveis, sobre quais são estes direitos, e quais devem ter precedência” (p. 109). Outro ponto é o fato de que o nacionalismo apresenta uma séria ameaça à noção de direitos inalienáveis (p. 109), por não ser universalista, mas eminentemente particularista. Na visão de Mearsheimer, a ideia de direitos universais se choca com a busca de autodeterminação que é tão cara ao nacionalismo e, portanto, é difícil um consenso universal sobre quais os direitos que seriam inalienáveis. Um terceiro ponto elencado é o fato de que, em situações de graves crises políticas (“desordem política”, nas palavras do autor), os direitos individuais tendem a não chamar tanta atenção mesmo em públicos que anteriormente os prezavam tanto. Essas características não apontam, é bem verdade, para a inexequibilidade do ordenamento de uma sociedade sob princípios liberais. Segundo o autor, domesticamente, as sociedades têm meios para a manutenção desse ordenamento. Entretanto, internacionalmente, estes mesmos meios são ausentes.

Em situações de bipolaridade ou multipolaridade, as grandes potências (ou seja, Estados com capacidades militares, econômicas e políticas mais salientes) devem agir de acordo com premissas realistas: manter sua própria sobrevivência e maximizar seu poder relativo. Há, nesses casos, poucas chances de uma grande potência liberal perseguir a hegemonia liberal. Por outro lado, numa configuração unipolar, como foi a dos Estados Unidos após o fim da União Soviética, o Estado que permanece no polo do sistema internacional é livre para perseguir a hegemonia

liberal. E foi isso o que os Estados Unidos fizeram (p. 122).

A visão liberal que se tornou hegemônica com o fim da Guerra Fria, então, foi a de que o liberalismo atenuaria os conflitos advindos de uma visão realista do mundo, já que os Estados não precisavam mais se preocupar com sua própria sobrevivência com um mundo em que cada vez mais democracias liberais existissem, o que torna a competição entre os Estados desnecessária. Ademais, o nacionalismo também estaria atenuado com essa visão, uma vez que os direitos inalienáveis de um indivíduo imerso em uma comunidade política seriam os mesmos que os de um indivíduo pertencente a outra. Enfim, quanto às fronteiras, elas se tornariam porosas e não tão rígidas em casos de violação a direitos inalienáveis (p. 126).

Essa visão, contudo, se dá mais intensamente nas elites políticas liberais de um país do que entre o público, que tende a ser mais nacionalista. As elites são mais internacionalistas tanto pela crença de que estejam sendo uma força para a prevenção de guerras e proteção de direitos inalienáveis, quanto também pelas oportunidades de trabalho que encontram a partir disso (p. 130). Apesar dessa característica doméstica (uma elite política liberal), uma grande potência apenas pode perseguir uma política de hegemonia liberal dadas determinadas condições estruturais, ou seja, com o advento da unipolaridade. Isso se dá porque, num sistema de configuração multipolar ou bipolar, os Estados rivais têm pouca escolha além da competição num sistema em que sua sobrevivência é constantemente ameaçada (p. 131).

O liberalismo, argumenta o autor, não é páreo para o realismo internacionalmente. E isso porque, apesar de o liberalismo se diferenciar do realismo por sua ênfase na tolerância, resolução pacífica de conflitos e direitos naturais como ingredientes para tornar o mundo mais pacífico, um aspecto importante é ignorado: o âmbito doméstico do Estado é fundamentalmente distinto do internacional, já que não há autoridade comum sobre os Estados (anarquia). Embora, portanto, o liberalismo seja uma importante forma de organização política das sociedades dentro dos Estados; ele não fornece, internacionalmente, pistas importantes de ação do Estado para além do balanceamento de poder, já que o sistema internacional se caracteriza pela opacidade quanto às intenções dos demais membros, o que nutre o chamado dilema da segurança. De forma breve, “os Estados não são entidades sociais de nenhuma forma significativa” se observados do ponto de vista do sistema internacional (p. 268).

Esse ambiente de opacidade e, portanto, suspeita mútua entre os Estados, apresenta desafios muito importantes para uma política externa liberal. O nacionalismo, por exemplo, pela sua importante ênfase na autodeterminação, fomenta essa suspeita em direção a qualquer intervenção estrangeira, o que pode, inclusive, alimentar formas de resistência terroristas (p. 141-142). Dessa forma, uma hegemonia liberal levada a cabo por um Estado acaba sendo mais prejudicial do que benéfica para ele e para os demais Estados do sistema. Apesar de suas virtudes enquanto sistema político, o liberalismo não é um bom guia para a política externa devido a seu caráter essencialmente “ativista” (p. 218).

O realismo permanece um princípio de ação fundamental para a política internacional através da cautela que imprime às considerações por ele informadas. Nesse sentido, uma postura mais acertada à política externa estadunidense, advoga o autor, é a limitação das próprias ações

a aspectos estratégicos. Por exemplo, geograficamente, são estratégicas para os Estados Unidos a Europa e a Ásia, por serem lugares onde se localizam grandes potências contemporâneas, além da região do Golfo Pérsico, devido à disponibilidade de petróleo lá existente. Além disso, a própria restrição no uso da força, ou mesmo sua ameaça, são características do realismo, devido ao reconhecimento da utilidade que a balança de poder tem para a política entre os Estados. Enfim, uma postura mais realista vê a guerra para além da ação, enxergando suas consequências não intencionais, o que torna arriscada até mesmo a consideração de buscar o conflito.

Um exemplo de que Mearsheimer se vale é o alargamento da OTAN e a expansão da União Europeia para o Leste europeu. Essas ações, para o autor, estão no ponto de partida da crise da Ucrânia em 2014, que terminou com a anexação da Crimeia. A presença geopolítica dos Estados Unidos e aliados cada vez mais próximos à Rússia poderia ser vista como uma presença benéfica pelas elites ocidentais, prossegue o autor, mas certamente foram vistas como ameaças por Moscou. Esse exemplo esclarece muito do pensamento do autor e elucida o ponto de contato entre seu pensamento e o de Kenneth Waltz: a ideia rousseauiana do estado de guerra advindo do estado social que Waltz (2001) nos fez notar em sua interpretação há mais de sessenta anos.

Para o autor genebrino, a sociedade que passa do estado de natureza para o estado social atua através de um contrato social, em que a posse se transforma em propriedade, a liberdade natural dá lugar à liberdade civil e a força dá lugar ao direito (ROUSSEAU, 2003). Do ponto de vista de uma única sociedade, isso se dá de uma forma. Porém, quando olhamos para o conjunto das sociedades que passam pelo mesmo processo de contrato social, há uma forma diferente em andamento. Quase textualmente, Rousseau nos diz que o homem olha para as sociedades, mas em todo lugar a natureza foi substituída pelo artifício – o advento do estado social em contraposição ao estado de natureza. Assim, pois, enquanto uma única sociedade se guia pela vontade geral, que, entre outras coisas, é a responsável pela promulgação de leis, quando olhamos para o conjunto das sociedades agora existentes, não somos capazes de identificar uma única vontade geral nesse sistema de Estados civis, mas diversas “vontades gerais”, que podem ser comparadas, em conjunto, a vontades individuais, pois se inclinam às preferências de cada uma das comunidades políticas em questão.

Esse é o ponto de partida da teoria política que Waltz (1979, 2001) usa em *Man, the state, and war* para construir, vinte anos depois, sua teoria da política internacional. Os Estados, ainda que desejassem apenas sobreviver, são fontes de ameaça aos demais, pois se assemelham a homens vivendo no estado de natureza, com a diferença de que esse estado é insuportável para os seres humanos, ao passo que, para o Estado enquanto instituição, ele não o é. As guerras existem, portanto, porque nada há que as possa impedir: a vontade geral de cada Estado se mostra, em conjunto, como vontades individuais – independentemente se essa vontade geral se guia pela lógica de valores universalizantes do “liberalismo”, pela lógica do balanceamento de poder típica do “realismo” ou pela lógica da especialidade e diferença histórica ou mítica de um dado povo, que se expressa pelo “nacionalismo”. Enquanto uma forma e, em certa medida, um conteúdo de uma política externa (que nada mais é do que uma fase inescapável da política doméstica e de um projeto guiado por uma “vontade geral”), o liberalismo se choca com os “pilares” do sistema

internacional concebidos por Mearsheimer, o nacionalismo e o realismo. Subjacente a essa lógica, entretanto, está a estrutura formadora do argumento waltziano, implícito em Mearsheimer, mas fundamental para seu argumento: diversas unidades políticas independentes, convivendo num ambiente anárquico, expressam suas vontades gerais sob a forma de uma vontade individual se olhadas do ponto de vista do conjunto que formam. Essa é a base da teoria de política internacional de Waltz. E essa é a base inescapável do argumento de Mearsheimer.

Há, por outro lado, um ponto de distanciamento fundamental entre Waltz e Mearsheimer que diz respeito à sobreposição das categorias de ideologia e teoria para o professor da Universidade de Chicago. O autor, levando em conta a ascensão da China e a necessidade de limitação da política externa liberal estadunidense, diz que, desde o fim da Guerra Fria, o balanceamento em nível sistêmico não fora uma preocupação dos formuladores de política estadunidenses, voltando a ser crucial atualmente durante a administração Trump (p. 228).

O problema teórico advindo da sobreposição em questão se expõe porque há dois fenômenos acontecendo ao mesmo tempo, de acordo com o autor: a) uma mudança em termos ideológicos, em nível doméstico, advinda da troca de administração dentro dos Estados Unidos a partir da eleição de Donald Trump; mas também b) uma suposta *mudança estrutural*. Nesse sentido, se o realismo é tanto uma constatação sobre como o mundo *realmente funciona* (teoria) quanto um posicionamento sobre como ele *deveria* funcionar (ideologia), essa mudança de postura pode ser encarada como uma mudança ideológica trazida pela troca de administração em 2016 – nesse caso, o sentido de causação é meramente do doméstico para o internacional, ou reducionista, nos termos de Waltz (1979), já que o sistema é somente produzido e não produz constrangimento algum em contrapartida. Não sabemos, portanto, a partir da explicação de Mearsheimer, se a mudança ocorrida na postura estadunidense foi tão somente ideológica, levando à construção de ameaças externas que não chegam a ser mudanças estruturais, ou se as mudanças estruturais acarretaram a necessidade dessa nova postura por parte dos Estados Unidos.

A bem da verdade, ambas as possibilidades são críveis. Também é crível que, no pensamento do autor, sistema e unidades se afetem mutuamente. Por isso, o papel da teoria torna-se ainda mais indispensável, e deveria auxiliar na tarefa de identificar os fatores de importante modificação no sistema internacional contemporâneo – ainda que sejam fatores que ajam concomitantemente.

## Referências

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. 2. ed. Nova York: W. M. Norton, 2014.

MEARSHEIMER, John J. *The great delusion: liberal dreams and international realities*. 1. ed. Londres: Yale University Press, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Estado de Guerra Nascido do Estado Social. *In*: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Rousseau e as relações internacionais*. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 45-60.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. 1. ed. New York: McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth N. *Man, the state, and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001.